



Déficit/Superávit do Exercício - com restrição	(20.290.146)	5.583.248
--	--------------	-----------

## DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

	2015	2014
<b>(+) Receita Bruta</b>	<b>9.986.165</b>	<b>41.290.344</b>
<b>COM RESTRIÇÃO</b>		
Contrato de Gestão	8.000.000	37.950.000
Recuperação de despesas/resarcimento	251	45.100
Serviços prestados a terceiros	1.957.221	3.295.244
Doações e indenizações	28.693	-
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(96.921)</b>	<b>(153.028)</b>
ISSQN sobre faturamento	(96.921)	(153.028)
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>9.889.245</b>	<b>41.137.315</b>
<b>(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão</b>	<b>(30.192.148)</b>	<b>(34.459.130)</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.968.915)	(2.215.796)
Despesas com pessoal e encargos	(18.239.712)	(17.320.142)
Serviços de terceiros	(4.807.353)	(8.581.688)
Aluguéis e arrendamentos	(3.113.801)	(2.880.407)
Impostos e Taxas	(52.145)	(46.743)
Diárias	(524.355)	(975.647)
Passagens	(656.225)	(1.498.658)
Promoções e eventos	(69.468)	(216.593)
Outras Despesas operacionais	(92.412)	(54.038)
Depreciações e Amortizações	(667.763)	(669.419)
<b>(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos</b>	<b>(1.671.355)</b>	<b>(2.599.879)</b>
Despesas gerais e administrativas	(53.219)	(3.662)
Despesas com pessoal e encargos	(393.624)	(670.434)
Serviços de terceiros	(473.267)	(1.308.280)
Aluguéis e arrendamentos	(55.243)	(1.593)
Impostos e taxas	(1.593)	(1.593)
Diárias	(22.914)	(140.428)
Passagens	(37.204)	(188.311)
Promoções e eventos	(10.305)	(286.491)
Outras despesas operacionais	(2.819)	(1.029)
Depreciações e amortizações	(1.293)	(1.244)
Perdas Estimadas de créditos - PECLD	(619.875)	-
<b>(=) Resultado Operacional Bruto</b>	<b>(21.974.258)</b>	<b>4.078.306</b>
<b>(+/-) Resultado Financeiro</b>	<b>1.684.112</b>	<b>1.504.942</b>
Despesas financeiras - contrato de gestão	(513.583)	(369.840)
Despesas financeiras - outros contratos	(42.581)	(36.731)
Receitas financeiras - contrato de gestão	2.034.067	1.704.085
Receitas financeiras - outros contratos	206.209	207.428
<b>Déficit/ Superávit do Exercício</b>	<b>(20.290.146)</b>	<b>5.583.248</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2015	2014
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Superávit/(Déficit) do exercício	(20.290.146)	5.583.248
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	669.055	670.663
Ajuste de exercícios anteriores	627.237	-
Perdas por baixa de bens inservíveis	3.750,00	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	619.875	-
<b>Variação nos saldos dos ativos:</b>		
(Aumento)/Redução em clientes	18.757.297	(11.242.241)
(Aumento)/Redução em adiantamentos	226.344	(855)
(Aumento)/Redução em títulos de capitalização	-	132.380
(Aumento)/Redução em outras contas ativas	6.190	(9.499)
<b>Variação nos saldos dos passivos:</b>		
Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(107.830)	135.035
Aumento/(Redução) em Fornecedores	31.319	268.867
Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(118.729)	(27.731)
Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	(143.086)	157.278
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(241.301)	229.134
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>39.976</b>	<b>(4.103.721)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos:</b>		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(97.650)	(129.955)
(-) Compra do Ativo Intangível	(27.951)	(35.444)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(125.601)</b>	<b>(165.399)</b>
<b>Redução e aumento nas disponibilidades</b>	<b>(85.625)</b>	<b>(4.269.120)</b>
Caixa no início do exercício	13.409.936	17.679.056

Caixa no final do exercício	13.324.311	13.409.936
<b>Redução e aumento nas disponibilidades</b>	<b>(85.625)</b>	<b>(4.269.120)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>24.684.834</b>	<b>5.837.739</b>	<b>8.417.608</b>	<b>38.940.181</b>
Incorporação do superávit 2013	5.837.739	(5.837.739)	-	-
Transferência para Reserva Técnica	1.667.199	-	(1.667.199)	-
Superávit do Exercício	-	5.583.248	-	5.583.248
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>32.189.772</b>	<b>5.583.248</b>	<b>6.750.409</b>	<b>44.523.429</b>
Incorporação do Superávit 2014	5.583.248	(5.583.248)	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	627.237	-	-	627.237
Transferência para Reserva Técnica	(2.203.889)	-	2.203.889	-
Déficit do exercício	-	(20.290.146)	-	(20.290.146)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>36.196.368</b>	<b>(20.290.146)</b>	<b>8.954.298</b>	<b>24.860.520</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em Reais)

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília-DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros. No ano de 2015, diante do cenário econômico nacional, ocorreu uma redução considerável das receitas do Centro oriundas de recursos públicos vinculados ao Contrato de Gestão. Essa redução diminuiu sensivelmente as possibilidades de crescimento e expansão, suprimiu o desenvolvimento de novos projetos pelo CGEE e afetou diretamente o orçamento geral, impondo a adoção de várias ações para redução de custos. A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C.T&I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2015 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao

processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2015. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2015	2014
Banco/Caixa - Contratos administrativos (com restrição)	36.786	22.573
Banco/Caixa - Contrato de Gestão (com restrição)	216	-
Aplicações Financeiras - Contratos Administrativos (com restrição)	1.816.124	1.939.631
Aplicações Financeiras - Contrato de Gestão (com restrição)	11.471.185	11.447.732
<b>Total</b>	<b>13.324.311</b>	<b>13.409.936</b>

Nota 5 - Contas a Receber - Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

	2015	2014
ANA - Agência Nacional das Águas	-	310.571
BAESA - Energética Barra Grande S/A	11.250	-
Campos Novos Energia S/A	11.250	-
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	5.000.000	32.558.150
LIGTH - Serviços de Eletricidade S/A	39.174	-
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	8.000.000	-
ME - Ministério dos Esportes	1.239.750	190.000
(-) Perdas Estimadas	(619.875)	-
<b>Total</b>	<b>13.681.549</b>	<b>33.058.721</b>



No ano de 2015 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Verificou-se que seria prudente o registro estimado dessa perda no valor correspondente a 50% das notas fiscais faturadas para o Ministério dos Esportes - ME relativas ao contrato nº 47/2012 correspondente ao montante de R\$ 619.875,00.

Nota 6 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 266.309 (R\$ 163.093 - 2014).

Nota 7 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2015	2014
<b>Imobilizado</b>			
Equipamento de Informática	20%	2.093.503	2.014.412
Instalações	10%	563.602	563.602
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.576	66.576
Móveis e Utensílios	10%	653.190	653.190
Equipamentos de Audio-visual	20%	354.400	342.169
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812	318.812
(-) Depreciações	-	(2.651.587)	(2.177.175)
<b>Subtotal do Imobilizado</b>	-	<b>1.398.496</b>	<b>1.781.586</b>
<b>Intangível</b>			
Sistemas Aplicativos - Software	20%	1.390.241	1.362.290
(-) Amortizações	-	(1.189.842)	(997.777)
<b>Subtotal do Intangível</b>	-	<b>200.399</b>	<b>364.513</b>
<b>Total do Imobilizado e Intangível</b>	-	<b>1.598.895</b>	<b>2.146.099</b>

Nota 08 - Fornecedores: Seguem os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2015	2014
Caixa de Assistência Social da FIPECCO	79.761	-
Centro Empresarial Parque Cidade	39.519	-
EVERIS Brasília	-	55.920
EXCEN - Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA	20.000	-
FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	-	135.000
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços LTDA	9.314	-
IComunicação Integrada EIRELI - EPP	26.233	-
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	56.000	-
IPEAD - Fundação Inst. de Pesquisas Econômicas, Adm. e Contábeis	-	75.000
Office Administração e Serviços	32.783	-
Plugar Informações Estratégicas S/A	40.045	-
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do BB	245.597	-
RadioNet Consultoria Empresarial LTDA	-	16.000
RALEDUC - Tecnologia e Educação Ltda - EPP	-	227.500
Outros Fornecedores	27.225	35.738
<b>Totais</b>	<b>576.477</b>	<b>545.158</b>

Nota 09 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para o quadro do CGEE mantem-se em 2015 uma provisão para férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.238.442 (R\$ 1.357.170 - 2014).

Nota 10 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2015, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2015 o valor correspondente a R\$ 1.692.772 a título de provisão (R\$ 1.835.859-2014).

Nota 11 - Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Ressarcimento - Pessoal Cedido (a)	28.322	24.764
Créditos a compensar (b)	51.162	47.625
Saldos bancários a compensar (c)	-	248.397
	<b>79.484</b>	<b>320.786</b>

a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropriou-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais. b) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE. c) Saldos bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas que ocorreram até 2014.

Nota 12 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como "OS" visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pelo ente em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador. De acordo com a Cláusula Quinta do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 8.954.298, neste exercício (R\$ 6.750.409-2014). 12.1 Ajuste de exercícios anteriores: No ano de 2015 o Centro realizou os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

Descrição	Data	Valor
Ajuste de exercício anterior do contrato nº 130/2014 que foi rescindido da SRGD Consultoria em Economia Ltda ME cfe. Termo de Rescisão e o rel. SCRT.306	30/04/2015	24.000
Devolução de recurso não utilizado MIT	16/07/2015	571.237
Baixa por rescisão do contrato nº 210/2013 do fornecedor Stallivieri e Gusmão Gestão Tecnologia	31/08/2015	32.000
<b>TOTAL</b>		<b>627.237</b>

Nota 13 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2015 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 37.950.000 - 2014), escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2015 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 1.957.221 (R\$ 3.295.244 - 2014). Demonstrados no quadro a seguir:

#### QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2015	2014
Embaixada Britânica-Energy	10.602	211.129
Ministério do Meio Ambiente - MMA	-	309.231
Ministério dos Esportes - ME	1.305.000	1.385.000
Ministério Desenvolvimento Ind.Com.Exterior	-	216.499
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	-	95.242
Universidade DURHAM	8.206	22.545
ANA - Agência Nacional de Águas	-	934.048
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	-	120.550
AES Tietê S/A	61.674	-
BAESA - Energética Barra Grande S/A	30.837	-
CESP - Companhia Energética São Paulo	308.369	-
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	61.674	-
COPEL - Distribuidora S/A	30.837	-
COPEL - Geração e Transmissão S/A	30.837	-
Companhia Sul Paulista de Energia	39.174	-
ENERCAM - Campos Novos Energia S/A	30.837	-
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	39.174	-
	<b>1.957.221</b>	<b>3.295.244</b>

c) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2015 uma receita financeira de R\$ 2.240.276 (R\$ 1.911.513-2014) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.994.479	206.209
Descontos obtidos	39.588	-
	2.034.067	206.209
<b>Total Geral</b>	<b>2.240.276</b>	

Nota 14 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 32.419.666 (R\$ 37.465.581 - 2014), sendo R\$ 30.705.731 (R\$ 34.828.970 - 2014) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 1.713.935 (R\$ 2.636.611 - 2014) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 15 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de Ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 553.951,08 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e oito centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2015. c) Fiscalização - Consta, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.602.303,72 (um milhão, seiscentos e dois mil, trezentos e três reais e setenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31.12.2015. d) Processos Administrativos - Consta, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2005 e 2006 (TC020.653/2006-3 e TC020.217/2007-3 respectivamente). Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2015 como provável. e) Compromissos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.085.532 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 5.733.291, que não configura no resultado do exercício em 2015, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2015  
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA  
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF  
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE  
Presidente do CGEE/OS  
CPF 096.769.418-32

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração do Centro é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Organização Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Centro para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Centro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.